



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

ÉRIKA MELINE SOUSA E SILVA

**INFLUÊNCIA DE FATORES SOCIOECONÔMICOS SOBRE A INSCRIÇÃO DE
RESTOS A PAGAR NOS MUNICÍPIOS PARAIBANOS**

**JOÃO PESSOA
2019**

ÉRIKA MELINE SOUSA E SILVA

**INFLUÊNCIA DE FATORES SOCIOECONÔMICOS SOBRE A INSCRIÇÃO DE
RESTOS A PAGAR NOS MUNICÍPIOS PARAIBANOS**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis, do Centro de Ciências Sociais aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Dimas Barrêto de Queiroz.

JOÃO PESSOA
2019

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586i Silva, Erika Meline Sousa e.

Influência de fatores socioeconômicos sobre a inscrição
de restos a pagar nos Municípios Paraibanos / Erika
Meline Sousa e Silva. - João Pessoa, 2019.

46 f. : il.

Orientação: Dimas Barrêto de Queiroz.
Monografia (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Aspectos Socioeconômicos. 2. Orçamento Público. 3.
Restos a Pagar. I. Queiroz, Dimas Barrêto de. II.
Título.

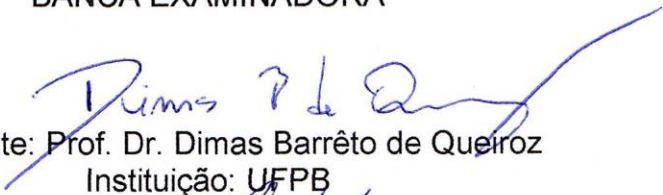
UFPB/BC

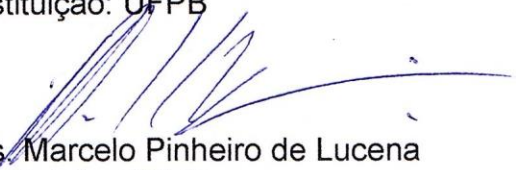
ÉRIKA MELINE SOUSA E SILVA

**INFLUÊNCIA DE FATORES SOCIOECONÔMICOS SOBRE A INSCRIÇÃO DE
RESTOS A PAGAR NOS MUNICÍPIOS PARAIBANOS**

Esta monografia foi julgada adequada para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada em sua forma final pela Banca Examinadora designada pela Coordenação do TCC em Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba.

BANCA EXAMINADORA


Presidente: Prof. Dr. Dimas Barrêto de Queiroz
Instituição: UFPB


Membro: Prof. Ms. Marcelo Pinheiro de Lucena
Instituição: UFPB


Membro: Prof.^a Dr.^a Adriana Fernandes de Vasconcelos
Instituição: UFPB

João Pessoa, 19 de setembro de 2019.

Dedico este trabalho àquele que tanto me amou, concedeu seu Filho para me libertar de mim por toda a eternidade, Ele é digno de honra e louvor.

AGRADECIMENTOS

Minha gratidão ao meu bom Pai Celestial, que através da sua graça imerecida e misericórdia sem fim, tornou possível esse momento em minha vida.

Agradeço a minha mãe Micheline Carlos, que nunca mediu esforços para que eu conseguisse concluir essa etapa em minha vida. Aquela que é meu combustível diário de força para seguir em frente. Independentemente de qualquer situação me fez sua prioridade, e nunca me deixou desistir quando desanimei. Você é minha fortaleza, minha, obrigada por tudo. Às minhas tias Kátia e Bruna que sempre estiveram ao meu lado sendo meu porto seguro em momentos difíceis. À minha eterna avó Vasti (*in memoriam*) que deixou seu legado e ainda hoje me inspira a ser melhor, batalho para um dia ser como a senhora.

Agradeço ao meu namorado Aurélio por ser minha segurança, minha força e auxílio nos momentos que mais precisei. Segurou minha mão e nunca me deixou sozinha. Me ajudou na conclusão desse trabalho e foi a tranquilidade em momentos difíceis. Obrigada por tudo.

Agradeço também a todos os professores que de alguma forma contribuíram para o meu crescimento profissional na academia, e me fizeram enxergar a área pública com mais amor. Ao Professor Marcelo Pinheiro que sempre deixou a disciplina mais leve, e ao meu professor orientador Dimas Barrêto que com seu profissionalismo nas aulas ministradas tornou-se inspiração para mim. O senhor foi essencial na conclusão deste trabalho, sou grata pelo suporte, pela ajuda e pela disponibilidade em ensinar.

Aos amigos que fiz na Controladoria Geral do Estado – CGE, meu muito obrigada a vocês por me apresentarem um ambiente de trabalho profissional e de respeito. Agradeço a Livia, Matheus, Giliane e a todos os técnicos. Aos meus gerentes Samay e Robson por passarem ensinamentos com tanto amor e humildade. Vocês foram essenciais para a minha escolha em seguir na área pública.

Aos amigos que fiz na academia que levarei para toda a vida. Agradeço a Sheila e Mayane que me ajudaram na conclusão deste trabalho. E aos meus amigos que foram apoio nesses cinco anos de curso: Thayná, Clician, Fernanda, Mariana, Sheila, Lucas, Matheus, Hellen, Jonas, Rafa e Rennan.

A todas as pessoas que foram importantes nessa jornada. Meu muito obrigada!

“E eu quis morrer na batalha ao lutar pelo reino até o fim, mas fui convocado a cantar das vitórias e guerras que nunca vi. Me reduziria ao pó de onde vim, mas eu não enxergo o que Ele vê em mim.”

Os Arrais

RESUMO

A prestação de serviços à população se caracteriza como um dos principais objetivos das Entidades Públicas. Sendo assim, o orçamento é uma ferramenta base para o gerenciamento e execução de recursos públicos, promovendo uma prestação de serviços mais efetiva e transparente. A inscrição em restos a pagar consiste em procedimento comum na administração pública. Porém, quando essa inscrição é realizada de forma descontrolada, há perda de credibilidade orçamentária. Nesse sentido, esta pesquisa buscou relacionar os aspectos sociais e econômicos com a inscrição de Restos a Pagar nos municípios paraibanos. Para atingir o objetivo proposto, a metodologia da pesquisa utilizada foi de caráter descritivo, com abordagem quantitativa, utilizando a técnica de regressão linear com dados em painel. Os dados foram coletados em documentos oficiais, encontrados nas páginas do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e SICONFI – Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro, no período de 2013 a 2016. No que compreende aos resultados da pesquisa, existe uma relação negativa significativa entre a variável FIRJAN e a inscrição de Restos a Pagar, concluindo que as cidades que possuem os melhores índices de desenvolvimento inscrevem menos despesas em restos a pagar.

Palavras-chave: Aspectos socioeconômicos. Orçamento Público. Restos a Pagar.

ABSTRACT

The provision of services to the population is characterized as one of the main objectives of public entities. As such, budgeting is a base tool for public resources management and execution, promoting a provision of services more effective and transparent. Enrollment and remains to be paid is a common procedure in the public administration. However, when this registration is performed in an uncontrolled manner, there is a loss of credibility. In this sense, this research sought to relate the social and economic aspects with the registration of Remains Payable in the municipalities of Paraíba. To achieve the proposed objective, the research methodology used was descriptive, with a quantitative approach, using the linear regression technique with panel data. Data were collected through official documents, found on the IBGE – Brazilian Institute of Geography and Statistics and SICONFI – Accounting and Tax Information System of the Brazilian Public Sector pages, from 2013 to 2016. Regarding the survey results, there is a significant negative relationship between the variable FIRJAN on the registration of remains payable, concluding that the cities with the best rates, thus the most developed ones, incur less expenses in remains payable.

Keywords: The social and economic aspects. Public Budgeting. Remains Payable.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População	24
Tabela 2 – FIRJAN geral	25
Tabela 3 – PIB per capta	25
Tabela 4 – Restos a pagar	26
Tabela 5 – Correlação de Pearson entre as variáveis do modelo	26
Tabela 6 – Resultados da regressão com dados em painel	27

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CGE	Controladoria Geral do Estado
FIRJAN	Federação das Indústrias do Rio de Janeiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFDM	Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público
PIB	Produto Interno Bruto
PPA	Plano Plurianual
SICONFI	Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 OBJETIVOS	12
1.1.1 Objetivo Geral	13
1.1.2 Objetivos Específicos	13
1.2 JUSTIFICATIVA	13
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
2.1 ORÇAMENTO PÚBLICO	15
2.2 DESPESA ORÇAMENTÁRIA	17
2.2.1 Estágios da Despesa Orçamentária	17
2.3 RESTOS A PAGAR	18
2.4 ESTUDOS ANTERIORES	20
3 METODOLOGIA	22
3.1 CLASSIFICAÇÃO E AMOSTRA DA PESQUISA	22
3.2 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS	22
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	24
4.1 ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS	24
4.2 ANÁLISE DO MODELO MEDIANTE REGRESSÃO LINEAR	27
5 CONCLUSÃO	29
REFERÊNCIAS	30
APÊNCIDE A - RELAÇÃO DE DADOS	33

1 INTRODUÇÃO

A Contabilidade Pública é um dos ramos da Ciência Contábil que tem como finalidade analisar os atos e fatos ligados a administração pública. A Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação da Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público evidencia que o objetivo da entidade pública não é a obtenção dos lucros, mas, a prestação de serviços à sociedade de maneira eficiente e transparente. Por meio dos Relatórios que são emitidos pela Contabilidade Pública, o usuário dessas informações, consegue avaliar questões relacionadas à utilização dos recursos públicos e nível de qualidade do serviço ofertado à sociedade (CFC, 2016).

Em 1964 foi promulgada a Lei 4.320, que veio determinar regras importantes para um melhor controle sobre as finanças públicas. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP (2018) a intenção da referida Lei era solidificar a administração financeira e contábil do País, tendo o orçamento público como seu principal instrumento. Devido a isso, as normas relacionadas ao registro e às demonstrações contábeis enfatizam os conceitos orçamentários em detrimento a evidenciação dos aspectos patrimoniais.

Nesse contexto, Orçamento Público é um instrumento que prevê receitas e fixa despesas. As receitas e despesas na Administração Pública são importantes por demonstrar o montante que o Estado obtém por meio da tributação, e a geração dos bens e serviços como sua contrapartida à população. (MCASP, 2018).

Culau e Fortis (2006) mencionam que a Lei Complementar nº101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), foi um marco para as finanças públicas no sentido de priorizar o planejamento e a transparência do orçamento. A LRF visa o equilíbrio das contas públicas, por meio das metas de resultados entre as receitas e despesas, estabelecendo alguns limites de gastos para que o endividamento excessivo seja controlado.

Essas metas de resultado são definidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, que, com o advento da LRF, teve a sua função intensificada. Essas metas direcionam a elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA. Em relação à execução orçamentária, as despesas devem seguir três estágios: empenho, liquidação e pagamento. As que forem empenhadas, mas não forem pagas até o dia 31 de

dezembro, deverão ser classificadas em restos a pagar, que poderão ser processados ou não processados (BRASIL, 1964).

Essa diferença na classificação dos restos a pagar ocorre em função da etapa da liquidação da despesa. Se a despesa for empenhada e liquidada, ela será inscrita em restos a pagar processados. Porém, se a despesa for empenhada mas não liquidada, sua inscrição será em restos a pagar não processados.

Com o passar do tempo a inscrição dos restos a pagar tem aumentado, e se tornado um tema relevante e importante a ser discutido, pois o aumento contínuo pode gerar a perda da credibilidade orçamentária, comprometendo o orçamento do exercício seguinte com as despesas que não foram pagas no ano vigente (AQUINO; AZEVEDO, 2017).

Aquino e Azevedo (2017) ainda destacam que, mesmo com o pronunciamento dos órgãos de controle sobre o aumento abusivo dos restos a pagar, inclusive, na esfera regional e local, a questão não é solucionada, o seu uso contínuo se caracteriza como um orçamento paralelo e a transparência continua sendo falha.

A inscrição das despesas de exercícios anteriores, no orçamento vigente faz com que o gestor tenha que lidar com os compromissos atrasados e atuais. Quando a máquina pública se propõe a executar os programas do exercício anterior, os problemas sociais atuais poderão não ser atendidos com eficiência, prejudicando a qualidade do serviço (REZENDE; CUNHA, 2014).

A presente pesquisa se deu no âmbito dos municípios do estado da Paraíba, e abrange os dados referentes ao exercício de 2013 a 2016. A referida região possui um contingente populacional de 3.996.496 pessoas, de acordo com o censo demográfico retirado do sitio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

É possível perceber a importância de analisar os fatores que podem explicar a inscrição dessas despesas em restos a pagar, de modo a auxiliar na gestão eficiente da máquina pública.

Nesse contexto surge o seguinte problema de pesquisa: **Qual a relação entre os fatores socioeconômicos na inscrição de restos a pagar pelos municípios paraibanos no período de 2013 a 2016?**

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Tendo como meta responder à questão problema apresentada, o objetivo geral desse estudo é verificar a relação entre aspectos sociais e econômicos na inscrição de Restos a Pagar dos municípios da Paraíba no período de 2013 a 2016.

1.1.2 Objetivos Específicos

Com o intuito de atender ao objetivo geral, os seguintes objetivos específicos foram estabelecidos:

- a) Identificar os principais aspectos socioeconômicos dos municípios da Paraíba;
- b) Observar a execução Orçamentária dos municípios paraibanos nos exercícios de 2013 a 2016 e analisar o nível de inscrição em restos a pagar.

1.2 JUSTIFICATIVA

O planejamento em uma instituição pública é importante para que os objetivos sejam alcançados com efetividade. Por causa disso, observar e analisar a existência de possíveis aspectos que possam influenciar negativamente a organização é importante para a saúde da instituição.

Autores como Rezende e Cunha (2014) demonstram que o uso contínuo da inscrição dos restos a pagar podem fazer com que a execução dos programas orçamentários do ano vigente seja falha, afetando negativamente a qualidade do serviço público. Nesse sentido, estudar os fatores que ocasionam a inscrição dos restos a pagar se torna crucial para a contabilidade pública, de modo a auxiliar na tomada de decisão para uma gestão eficiente e de qualidade.

Santos (2018), ao falar sobre o tema, demonstra que a qualidade de vida da população, e a continuidade das políticas públicas dependem do equilíbrio financeiro das contas públicas. Essas políticas são oferecidas pelo Estado no âmbito da Educação, Saúde, Assistência Social e demais áreas de atuação. O referido autor destaca que com a inscrição dos restos a pagar, os municípios se tornam endividados por não conseguirem honrar seus compromissos de maneira eficiente.

Discutir inscrição das despesas em restos a pagar justifica-se pela necessidade de observar não só os impactos dessa despesa para a sociedade, mas os fatores que podem explicar a existência da mesma. Observar esses indicadores poderá auxiliar o gestor na tomada de decisão, bem como, na transparência da informação.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 ORÇAMENTO PÚBLICO

Uma das principais características do orçamento é auxiliar no controle e planejamento de determinada atividade. Preparado pelo Poder Executivo e aprovado pelo Poder Legislativo, o orçamento conta com a participação da sociedade mediante seus representantes.

Mota (2009, p. 17) destaca que por meio do orçamento, o bem comum é realizado:

O orçamento público é o ato administrativo revestido de força legal que estabelece um conjunto de ações a serem realizadas, durante um período de tempo determinado, estimando o montante das fontes de recursos a serem arrecadados pelos órgãos e entidades públicas e fixando o montante dos recursos a serem aplicados pelos mesmos na consecução dos seus programas de trabalho, a fim de manter ou ampliar os serviços públicos, bem como realizar obras que atendam às necessidades da população.

Silva (2014) argumenta que o orçamento é considerado um instrumento rígido, pois não se pode modificá-lo facilmente, e é estático, por ser inerte, a não ser pela abertura de créditos adicionais.

O orçamento deverá conter o detalhamento das receitas e despesas públicas, evidenciando a política financeira, econômica e os programas do governo, seguindo os princípios da Unidade, Universalidade e Anualidade (BRASIL, 1964). Nesse sentido, a LRF estabelece normas a serem observadas e cumpridas. Em seu § 1º, do art 1º, descreve:

A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívida consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

Diante do exposto, é observado a necessidade de ações planejadas e transparentes. Desse modo a Constituição Federal estabelece três instrumentos de planejamento para um melhor quadro de eficiência:

- Plano Plurianual – PPA
- Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO
- Lei Orçamentária Anual – LOA

A Constituição Federal expressa que o PPA estabelece diretrizes, objetivos e metas da administração pública, tendo em vista as despesas de capital, bem como as despesas de caráter continuado. A LDO compreende as metas e prioridades da administração pública e auxilia na orientação da elaboração da LOA (BRASIL 1988).

Kohama (2016) confirma a ideia quando demonstra que a Lei de Diretrizes Orçamentárias regulamenta as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública, de maneira a orientar a elaboração dos Orçamentos Anuais já estabelecidos pelo Plano Plurianual.

A LRF, em essência, estabelece responsabilidades para o gestor público, possibilitando um maior controle das despesas em relação ao crescimento das receitas, contribuindo para o equilíbrio fiscal. O Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (2018) caracteriza as Receitas Orçamentárias como entradas realizadas durante o exercício, aumentando o saldo financeiro da instituição, tendo como principal finalidade assistir à população com demandas e necessidades sociais. O referido manual evidencia que a receita orçamentária deverá ser classificada de acordo com esses três critérios:

- a) Natureza;
- b) Fonte/Destinação de Recursos; e
- c) Indicador de Resultado Primário.

Pelo critério da natureza, a receita identifica a origem do recurso de acordo com o fato gerador, auxiliando também, na análise econômico-financeiras das atividades do estado. O objetivo da classificação por fonte/destinação de recursos é identificar a fonte de financiamento do gasto público. O indicador de resultado primário é representado pela diferença entre as receitas primárias e as despesas primárias, evidenciando receitas e despesas que compõem esse resultado.

De acordo com a Lei nº 4320/64, todas as receitas arrecadadas, inclusive as que são provenientes de operações de crédito, mesmo não estando previstas no orçamento, serão classificadas como receita orçamentária. As operações de crédito por antecipação de receita, as emissões de papel-moeda e outras entradas de recursos que não pertencem à entidade, como cauções, depósitos e consignações, serão classificadas como ingresso extraorçamentário.

Silva (2014) conceitua a despesa pública como sendo os gastos do Estado para o funcionamento do serviço público, para a criação ou expansão de ações do governo, visando atender as necessidades coletivas.

2.2 DESPESA ORÇAMENTÁRIA

A arrecadação de recursos é realizada pelo Estado para fazer frente às necessidades da sociedade, por meio da prestação de serviços públicos. Paludo (2012, p. 193) ao mencionar sobre a despesa pública, esclarece que é com a execução das despesas públicas que programas e ações de Governo são realizados e as necessidades da população são atendidas. Toda despesa deverá constar na LOA e deverá ser autorizada previamente.

Kohama (2016) destaca que a despesa pública poderá ser classificada em dois grupos: despesa orçamentária e despesa extraorçamentária. A despesa orçamentária é a despesa que está discriminada no orçamento, e não poderá ser realizada sem um crédito orçamentário correspondente. A despesa extraorçamentária não depende de autorização do legislativo e acarreta um aumento do Ativo Circulante ou uma redução do Passivo Circulante (SILVA, 2014).

Kohama (2016) destaca que as despesas orçamentárias são divididas em duas categorias econômicas: despesas correntes e despesas de capital. As despesas correntes são destinadas a manutenção e produção dos bens e serviços correntes e são divididas em três grupos: pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida pública e outras despesas correntes. As despesas de capital contribuem na compra de bens de capital e de produtos para revenda; concessão de empréstimos e amortização de dívidas.

2.2.1 Estágios da Despesa Orçamentária

De acordo com Lei nº 4320/64 a despesa orçamentária passa por quatro estágios que são divididos em: Fixação, Empenho, Liquidação e Pagamento. A etapa de fixação da despesa é o processo de planejamento e compreende adoção de medidas para cumprir as ações dos programas, projetos e atividades.

A Lei nº 4320/64 estabelece que a despesa é emitida por autoridade competente, estabelecendo uma obrigação de pagamento para o Estado. Silva (2011) confirma a ideia, quando diz que o empenho é uma obrigação contratual que deverá ser registrado em contas de compensação e de controle extrapatrimonial. Até o material ser entregue ou o serviço totalmente prestado, o empenho não constituirá obrigação no sentido patrimonial.

O empenho, segundo Bezerra Filho (2013), é uma parte do crédito orçamentário que será entregue, como pagamento de despesa, a uma pessoa física ou jurídica, através de uma nota de empenho que deverá conter alguns elementos obrigatórios como: unidade orçamentária, data de emissão, classificação da despesa e seu nível, saldo orçamentário anterior e após a sua emissão, os valores respectivos e o ordenador da despesa.

Nessa etapa de empenho, Piscitelli e Timbó (2010) explicam que poderá surgir a figura dos Restos a Pagar, que são despesas empenhadas que ainda não foram pagas até a data de encerramento do exercício financeiro, sendo inscritas contabilmente com obrigações a pagar no exercício financeiro subsequente.

A liquidação é o terceiro estágio da despesa pública. De acordo com a Lei 4320/64 em seu art. 63, a liquidação é a verificação do direito que é adquirido pelo credor. É nesse momento que ocorre a entrega do material ou a prestação do serviço. Nessa fase a administração pública terá a certeza do cumprimento da despesa de acordo com o especificado no empenho para que proceda com o respectivo pagamento.

A fase de pagamento se caracteriza como o último estágio da despesa orçamentária, e acontece quando o credor recebe do ente público o valor que foi contratado. Segundo Bezerra Filho (2013), o setor contábil tem como obrigação a emissão de documento autorizando a Ordem de Pagamento. Logo depois do seu pagamento, as fases da despesa pública serão encerradas.

2.3 RESTOS A PAGAR

A atribuição do termo Restos a Pagar se deu oficialmente em 10 de novembro de 1922, com a publicação do Decreto 15.783, de 08 de novembro de 1922, no Diário Oficial da União, onde foi aprovado o Regulamento da Execução do Código de Contabilidade Pública. O art. 36 da Lei 4320/64 esclarece que as despesas empenhadas e não pagas até o final do exercício financeiro são consideradas Restos a Pagar.

Quando a despesa for empenhada, ela fará parte do exercício financeiro, acumulando as dotações orçamentárias daquele período. Porém, se essa despesa não for paga, será considerada Restos a Pagar, caracterizando uma operação apenas de caráter financeiro, visto que do ponto de vista orçamentário, a despesa

deve ser liquidada e executada, para efeito de encerramento de exercício (KOHAMA, 2016).

Os Restos a Pagar serão divididos em Restos a Pagar Processados e Não Processados. Os restos a pagar processados são as despesas que já passaram pelo primeiro e segundo estágio da despesa pública, restando apenas a etapa do pagamento (BRASIL, 1964).

Os Restos a Pagar Não Processados são as despesas que foram empenhadas, porém não foram liquidadas. Carvalho (2005) cita que nessa etapa o credor ainda não realizou a entrega do material, serviço ou a execução da obra de acordo com o contrato firmado, logo ele não garantiu seu direito ao pagamento. O empenho foi legalmente emitido, porém depende de algum fator para sua efetiva liquidação (KOHAMA, 2016).

Contabilmente, a inscrição dos restos a pagar é caracterizado pelo reconhecimento de uma despesa orçamentária no exercício em que a despesa é empenhada. A contrapartida será uma obrigação financeira que deverá ser paga no exercício seguinte.

Para Giacomoni (2010), a inscrição em restos a pagar apresenta algumas limitações importantes. Uma delas é reconhecer a despesa na fase de empenho, que muitas das vezes não configura a realização efetiva da despesa, contrariando assim o Princípio da Competência, que considera a despesa quando acontece o fato gerador. O autor ainda destaca que poderão existir diferenças entre a execução orçamentária e os efeitos financeiros ocorrendo no exercício seguinte ao do reconhecimento da despesa.

Piscitelli e Timbó (2010) confirmam a crítica de Giacomoni (2010), e acrescentam que os artigos 35 e 36 da Lei nº. 4320/64 permitem o registro da despesa orçamentária no exercício em que a obrigação não foi caracterizada, levando a entidade a apresentar um resultado patrimonial que não seria apropriado, consequentemente quebrando o regime da competência.

A LRF buscou restringir o uso dos restos a pagar, determinando aos titulares de mandato a proibição em inferir despesa no último ano de seu mandato, desde que possa cumpri-la integralmente no exercício. Instituiu obrigatoriedade na confecção de relatórios que demonstrem o montante dos Restos a Pagar inscritos e pagos.

Segundo Kohama (2016), a falta de controle dessa conta poderá influenciar na criação de orçamentos paralelos, comprometendo assim a gestão financeira. Para sustentar a ideia, Piscitelli e Timbó (2010) apontam que é comum o comprometimento indiscriminado das dotações, por meio do empenho da despesa, seguido da emissão da nota de empenho com saldo em restos a pagar, para sustentar a dotação que estaria disponível.

Para Camargo (2014), o uso dos restos a pagar se tornou arbitrário em alguns aspectos, por buscar, em algumas situações, o benefício do governo. Destaca que o uso indevido desse mecanismo poderá ocasionar empenhos de despesas que seriam desnecessárias para a sociedade, configurando a má gestão dos contratos e compras diretas.

A inscrição deliberada dessas despesas em restos a pagar poderá comprometer alguns valores, não permitindo que eles sejam ofertados no ano seguinte para o compromisso com novas despesas. A pesquisa busca entender os restos a pagar, de maneira a verificar algumas variáveis que possam interferir na inscrição dessas despesas.

2.4 ESTUDOS ANTERIORES

Por ser um tema relevante, o Orçamento Público tem sido discutido e estudado nos dias atuais por diversos autores.

No estudo realizado por Garcia et al. (2015), os autores analisaram o comportamento dos restos a pagar não processados do governo federal, nos anos de 2003 a 2013, e constataram o aumento das inscrições de restos a pagar, considerando também o aumento das despesas de transferências voluntárias. Os autores concluíram que a aplicação dos recursos públicos, devido a inadimplência, representa indícios de mau uso no tocante ao gerenciamento desses recursos.

Os restos a pagar, que fazem parte do orçamento público, podem ser bem gerenciados quando utilizados de maneira responsável, uma vez que uma despesa inscrita em restos a pagar não precisará percorrer todas as fases da despesa. Porém, o seu uso sem o devido planejamento, poderá trazer prejuízo a administração pública e a transparência das contas públicas (VASCONCELOS, 2018).

Silva (2016) analisou a existência da contabilidade criativa nos demonstrativos de restos a pagar no Estado da Paraíba, nos anos de 2010 a 2015, comparando os Demonstrativos de Restos a Pagar e Balanço Patrimonial com relação ao item da Disponibilidade de Caixa. Verificou que houve diferença nos valores em Caixa que foram apresentados para o mesmo ano base em demonstrações distintas, não justificando assim, essa discrepância. O autor confirmou a existência da contabilidade criativa.

Aquino e Azevedo (2017) discutiram o impacto dos restos a pagar na transparência e credibilidade do orçamento público nos governos dos vinte e seis Estados brasileiros mais o Distrito Federal, e concluíram que o uso de restos a pagar abre espaço para o endividamento dos governos.

Vieira e Piola (2016) analisaram o impacto do cancelamento das despesas em restos a pagar pelo governo federal sobre a aplicação mínima de recursos com ações e serviços públicos de saúde e sobre o gasto com saúde nas contas nacionais. Os autores observaram que quando há o cancelamento dos restos a pagar que já haviam sido inscritos, o montante que seria alocado ao SUS é impactado negativamente. Entre 2002 e 2011 o governo federal deixou de aplicar aproximadamente R\$ 10,9 bilhões em ações de saúde do setor público. Isso mostra que são valores altos que deixaram de ser aplicados em necessidades consideradas essenciais para a população.

Camargo (2014) demonstrou o conceito do termo “casuísmos dos restos a pagar” como sendo atividades que resolvem os problemas de um grupo, sem analisar o conceito legal. O autor concluiu que o governo possui uma maior preocupação em executar toda a dotação orçamentária, em contrapartida ao seu nível de desempenho e efetividade.

Nesse contexto, por meio dos estudos apresentados, os restos a pagar se caracterizam como um desafio para a administração pública, no sentido de que precisam de uma atenção maior.

3 METODOLOGIA

3.1 CLASSIFICAÇÃO E AMOSTRA DA PESQUISA

Marconi e Lakatos (2010) explicam que método é o conjunto de funções sistemáticas e racionais que auxiliam no cumprimento do objetivo, com mais segurança e economia no delineamento do direcionamento, constatação de erros e auxílio nas decisões do cientista. Dessa maneira a metodologia aprimora os processos que são utilizados na pesquisa.

De acordo com os objetivos traçados, a pesquisa apresenta característica exploratória e descritiva. Descritiva por ter sido realizado um estudo detalhado, com de dados oficiais, coletados em páginas eletrônicas, realizando uma análise e interpretação dos mesmos.

Os procedimentos utilizados apresentam aspectos documentais e bibliográficos. Quanto a abordagem do problema justifica-se a caracterização da pesquisa como sendo quantitativa, por utilizar Software Estatístico para analisar a relação entre as variáveis.

A pesquisa foi realizada a partir de documentos oficiais disponíveis na página eletrônica do SICONFI – Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público, que anualmente divulga os dados contábeis de todos os municípios brasileiros, do Sistema FIRJAN, que calcula os indicadores de desenvolvimento social observando as estatísticas divulgadas pelo Ministério do Trabalho, Educação e Saúde, e na página do IBGE – Instituto de Geografia e Estatística responsável por fornecer os principais dados e informações do país.

O universo da pesquisa consiste em 223 municípios do estado da Paraíba, porém, apenas 147 puderam ser analisados devido à falta de dados de 76 municípios. O estudo analisou o período de 2013 a 2016.

3.2 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

O objetivo dessa pesquisa consiste em analisar a influência de aspectos socioeconômicos sobre a inscrição em restos a pagar dos municípios paraibanos. Diante disso foram selecionadas como variáveis explicativas (independentes) alguns indicadores socioeconômicos como: Área, População, Índice FIRJAN e PIB Per

Capita dos municípios pesquisados. O quociente entre os Restos a Pagar inscritos e as Despesas Empenhadas dos municípios foi selecionado como variável dependente.

Com as informações necessárias, os dados foram tabulados e tratados com o auxílio do Microsoft Excel. O trabalho foi realizado em três etapas: na primeira foi realizada uma análise descritiva dos dados com a finalidade de conhecer a amostra verificando suas características e dispersão. Logo depois, foi aplicado um método estatístico para calcular o coeficiente de correlação de Pearson com o intuito de medir a força do relacionamento entre as variáveis.

Na terceira etapa da pesquisa foi realizada uma regressão linear com dados em painel, de maneira a analisar quais variáveis têm influência sobre a inscrição de restos a pagar nos municípios paraibanos.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo são apresentados os resultados encontrados, bem como sua análise. A análise dos dados se deu em duas etapas: a primeira diz respeito à análise descritiva acompanhada da correlação de Pearson para todas as variáveis que foram utilizadas no modelo. Na segunda fase foi feita a análise de regressão.

4.1 ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS

A partir da coleta e do tratamento dos dados é possível apresentar o comportamento dos indicadores analisados na pesquisa durante o período observado. A Tabela 1 apresenta a estatística descritiva (média, mediana, desvio-padrão, valor máximo, valor mínimo) em cada ano da variável População dos municípios pesquisados.

Tabela 1 - População

Estatística	2013	2014	2015	2016
Média	20.143,07	20.305,01	20.460,72	20.610,24
Mediana	7.304,00	7.338,00	7.355,00	7.371,00
Desvio-Padrão	71.559,48	72.483,63	73.350,65	74.204,77
Mínimo	1.823,00	1.809,00	1.795,00	1.782,00
Máximo	769.607,00	780.738,00	791.438,00	801.718,00

Fonte: Elaboração Própria (2019)

Observa-se um aumento na média da população ao longo dos quatro anos. Ao calcular o desvio-padrão é possível verificar a variabilidade da amostra. Nesse caso, observa-se uma grande dispersão em relação à média, provocada, sobretudo, por grandes municípios, tais como João Pessoa e Campina Grande.

A Tabela 2 apresenta a estatística descritiva do IFDM – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal Consolidado. Esse índice se caracteriza pelo acompanhamento anual do desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros nas seguintes áreas de atuação: Emprego e Renda, Educação e Saúde. Para facilitar na análise dos dados a pesquisa buscou analisar o IFDM consolidado, no qual as três áreas são observadas em um único índice.

Tabela 2 - FIRJAN geral

Estatística	2013	2014	2015	2016
Média	0,605383547	0,613428285	0,5968535	0,618740824
Mediana	0,604757212	0,610416131	0,6005293	0,624390139
Desvio-Padrão	0,062833846	0,060390266	0,0587728	0,057797652
Mínimo	0,412915877	0,47550512	0,4073549	0,464014064
Máximo	0,792592683	0,778000001	0,7604939	0,775261164

Fonte: Elaboração Própria (2019)

Como se pode observar, há um pequeno decréscimo na média da variável FIRJAN, no ano de 2014 para 2015, porém em 2016 o valor aumenta novamente. Com relação ao desvio-padrão constatou-se que não há muita dispersão em torno da média.

Na Tabela 3 encontra-se a estatística descritiva do PIB per capita dos municípios estudados. O PIB per capita é o produto interno bruto dividido pela quantidade de habitantes de um País, Estado ou Município. Quanto maior o PIB mais desenvolvida é a cidade.

Tabela 3 - PIB per capita

Estatística	2013	2014	2015	2016
Média	7.467,16	8.328,54	8.908,70	9.450,36
Mediana	6.718,87	7.460,81	8.041,85	8.555,30
Desvio-Padrão	3.251,27	3.627,85	3.682,86	3.775,58
Mínimo	4.694,31	5.406,39	5.739,28	6.172,94
Máximo	32.208,30	35.622,56	36.782,97	37.217,38

Fonte: Elaboração Própria (2019)

É possível observar que a média dos valores da variável PIB per capita durante os anos teve um aumento, terminando o ano de 2016 com R\$ 9.450,36. No ano de 2013 o menor PIB per capita do município foi de R\$ 4.694,31 contra um valor de 32.208,30 de outro município paraibano.

A Tabela 4 apresenta a estatística descritiva da variável dependente Restos a Pagar. Esse índice é calculado pelo total dos Restos a Pagar dividido pelo total das Despesas Empenhadas.

Tabela 4 - Restos a pagar

Estatística	2013	2014	2015	2016
Média	4,42	6,35	7,07	4,97
Mediana	3,93	5,62	6,74	3,82
Desvio-Padrão	3,50	3,95	4,31	8,17
Mínimo	0,00	0,00	0,00	0,00
Máximo	14,84	20,65	22,34	93,79

Fonte: Elaboração Própria (2019)

É possível observar que houve um aumento na média na inscrição das despesas em Restos a Pagar entre os anos de 2013 e 2015, e uma diminuição no ano de 2016, demonstrando que houve uma queda dessa despesa neste ano. Ao analisar os valores máximos e mínimos, percebe-se que algumas cidades não inscreveram despesas em Restos a Pagar, tendo suas despesas pagas no exercício em questão. Sob essa mesma perspectiva é possível observar que em 2016 houve uma cidade em que quase 94% das suas despesas foram inscritas em restos a pagar, comprometendo assim o orçamento do ano seguinte.

A Tabela 5 apresenta a matriz de Correlação entre as variáveis que compõem o índice dos Restos a Pagar e as variáveis independentes dos 147 municípios analisados. A pesquisa utilizou o método de Pearson para medir a correlação, verificando a relação entre elas.

Tabela 5 – Correlação de Pearson entre as variáveis do modelo

	RP	LNPOP	AREA	FIRJAN	PIBCAPITA
RP	1				
LNPOP	0,061	1			
AREA	0,026	0,359**	1		
FIRJAN	-0,062	-0,053	-0,018	1	
PIBCAPITA	0,056	0,199**	0,084*	0,344**	1

* Correlação significativa no nível de 10%

** Correlação significativa no nível de 5%

*** Correlação Significante no nível de 1%

Fonte: Elaboração Própria (2019)

O coeficiente de Correlação pode variar de -1 a 1. Se o valor estiver próximo de 1 tem-se uma correlação positiva forte, se estiver mais próximo de -1 tem-se uma correlação negativa forte. Nesse caso, percebe-se que a relação entre a variável dependente Restos a Pagar com as respectivas variáveis independentes é fraca, demonstrando que o nível de associação entre elas não é significativa.

Também é possível observar que algumas variáveis do estudo apresentaram correlação significativa quando comparadas entre si, podendo ter um nível de associação entre elas. É o caso da variável área quando comparada com a variável população, e a variável PIB per capita quando comparada com a variável FIRJAN.

4.2 ANÁLISE DO MODELO MEDIANTE REGRESSÃO LINEAR

Alguns testes foram realizados para avaliar o tipo de regressão com dados em painel. Testes de Chow, Breusch-Pagan e Hausman foram usados para verificar qual dos modelos de regressão com dados em painel seria mais adequado. As estatísticas indicaram que o modelo com efeitos aleatórios explica melhor a relação entre as variáveis.

As estimativas do modelo econométrico utilizado são apresentadas na Tabela 6, que concentra os resultados obtidos a partir de uma regressão com efeitos aleatórios. O objetivo dessa análise é verificar se alguns fatores socioeconômicos dos municípios interferem no aumento ou diminuição da inscrição de despesas em restos a pagar.

Tabela 6 – Resultado da regressão com dados em painel

Variáveis	Coefficiente	Erro Padrão	z	p-valor
Constante	8,2304	4,0325	2,041	0,0412
LNPOP	0,1124	0,3665	0,3068	0,7590
AREA	0,0019	0,0015	1,256	0,2093
FIRJAN	- 8,2019	4,6773	- 1,754	0,0795
PIPCAPITA	0,0001	0,0000	1,195	0,2320
R ² within	0,0024			
R ² between	0,0363			
R ² overall	0,0159			
Wald chi2 (1)	6,38			
<i>Shapiro-Wilk</i>	2343,29***			

Fonte: Elaboração Própria (2019)

Analizando a regressão é possível observar que a variável FIRJAN foi a única variável explicativa que obteve uma significância estatística, visto que as outras tiveram o p-valor acima de 10%, demonstrando não possuir poder explicativo.

Por meio da Tabela 6 pode-se concluir que mantida as demais variáveis constantes, quando o índice FIRJAN aumenta uma unidade, a inscrição em Restos a Pagar diminui 8,2019 unidades, isso quer dizer que quanto mais desenvolvida for a cidade, menos ela inscreve suas despesas em restos a pagar, cumprindo assim seu orçamento.

O critério para verificar o nível de adequação do modelo aos dados é o Coeficiente de Determinação – R^2 . Analisando esse coeficiente pode-se concluir que o modelo explica 4% da variável dependente. Isso implica dizer que 96% do comportamento da inscrição de restos a pagar é explicada por variáveis não incluídas no modelo econométrico.

Com base nas evidências demonstradas até aqui, é possível concluir que embora o modelo de regressão não tenha apresentado significância estatística, a variável independente FIRJAN exerce uma influência negativa sobre a inscrição em restos a pagar nos municípios paraibanos ao nível de 10%, demonstrando que as cidades mais desenvolvidas inscrevem menos as suas despesas em restos a pagar.

5 CONCLUSÃO

O objetivo da pesquisa consistiu em analisar a relação de fatores socioeconômicos que possivelmente influenciam a inscrição das despesas em restos a pagar nos municípios paraibanos. No período analisado de 2013 a 2016 observou-se algumas variáveis como: o tamanho da população, índice de desenvolvimento FIRJAN e PIB per capita.

Por meio dos resultados encontrados essa pesquisa concluiu que a variável FIRJAN, que calcula o índice de desenvolvimento do município, é a única variável que exerce influência significativa sobre a inscrição de restos a pagar, demonstrando que quanto mais desenvolvido for o município, menor a inscrição dessa despesa para o próximo exercício.

Isso pode ser explicado porque os municípios mais desenvolvidos detêm maior controle de suas despesas por terem um maior planejamento, auxiliando no equilíbrio financeiro e na diminuição da inscrição em restos a pagar.

O uso contínuo do carregamento de créditos de restos a pagar pode trazer prejuízos para a administração pública, por isso é importante estudar o tema na academia. O aumento dessa despesa pode estar atribuído a falta de capacidade dos gestores em administrar o Orçamento Público de maneira eficiente, uma vez que, a inscrição dessa despesa no exercício seguinte gera uma pressão sobre a execução orçamentária. O presente estudo contribui para a literatura acadêmica ao fornecer informações sobre quais características socioeconômicas municipais são capazes de influenciar a inscrição em restos a pagar nos municípios paraibanos.

Essas conclusões são limitadas ao universo e ao período analisado. Para outras pesquisas sugere-se o estudo de outras variáveis que possam influenciar na inscrição dos restos a pagar. Outra sugestão seria uma análise mais detalhada entre os municípios desenvolvidos.

REFERÊNCIAS

AQUINO, A. C. B. de; AZEVEDO, R. R. de. Restos a pagar e a perda da credibilidade orçamentária. **Revista de Administração Pública - (Early View)**, Rio de Janeiro, 51(4) p.580-595, jul./ago. 2017.

BEZERRA FILHO, J. E. **Orçamento aplicado ao setor público: abordagem simples e objetiva**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Senado Federal, 1988. Brasília, DF, 05. Out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 29 abr. 2019.

BRASIL. **Lei 4.320, de 17 de março de 1964**. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 mar. 1964, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4320.htm. Acesso em: 15 fev. 2019.

BRASIL. **Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 10 maio 2019.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de contabilidade aplicada ao setor público: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios**. 8 ed. Brasília. Secretaria do Tesouro Nacional, 2018. Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/695350/CPU_MCASP+8%C2%AA%20ed+-+publica%C3%A7%C3%A3o_com+capa_3vs_Errata1/6bb7de01-39b4-4e79-b909-6b7a8197afc9. Acesso em: 12 mar. 2019.

CAMARGO, A. M. Casuísmos dos restos a pagar: uma análise legalista e doutrinária. **Revista de Ciências Gerenciais**, 2014.

CARVALHO, D. **Orçamento e contabilidade pública: teoria e prática**. Campo Grande: D. Carvalho, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução nº 2016/NBCTSPEC, de 23 de setembro de 2016**. Aprova a NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSPEC.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2019.

CULAU, A. A.; FORTIS, M. F. Transparência e controle social na administração pública brasileira: avaliação das principais inovações introduzidas pela lei de responsabilidade fiscal. In: Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, 11. Cidade da Guatemala, 2006. **Anais** {...}. Guatemala, 2006. Disponível em: http://igepp.com.br/uploads/arquivos/igepp_-

_camara__transparencia-controlesocial-lrf_leonardo_albernaz_200514_(1).pdf.
Acesso em 10 ago. 2019.

GARCIA FILHO, R. C., Melo, E. J. C., Resende, A. L., de Araujo Neto, L. M., Marciniuk, F. L. A evolução dos restos a pagar não processados no período 2003 a 2013 e a correlação com as transferências voluntárias. **CAP Accounting and Management**, 2016. Disponível em: <http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/CAP/article/view/1863/1517>. Acesso em 03 ago. 2019

GIACOMONI, J. **Orçamento público**. 15. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE. **Censo 2010**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 abr. 2019.

KOHAMA, H. **Contabilidade pública: teoria e prática**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MOTA, F. G. L. **Contabilidade aplicada ao setor público**. Brasília: Estefânia Gonçalves, 2009.

PALUDO, A. V. **Orçamento público, administração financeira e orçamentária e lei de responsabilidade**. 8. ed. Ver. e atual. Rio de Janeiro: Método, 2018.

PISCITELLI, R. B.; TIMBÓ, M. Z. F. **Contabilidade pública: uma abordagem da administração financeira pública**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010

REZENDE, F.; CUNHA, A. **O orçamento dos brasileiros: por que ele não desperta maior interesse?** Rio de Janeiro: FGV Projetos, 2014. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/11880>. Acesso em: 03 jun. 2019.

SANTOS, M. V. C. **A influência do julgamento do mérito das contas anuais pelo Tribunal de Contas do Estado da Bahia na solvência dos restos a pagar em Piritiba - BA no período de 2007 a 2017**. Monografia (especialização) - Instituto de Educação à Distância, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2018.

SILVA, E. C. F. **Contabilidade criativa: um estudo de caso nos demonstrativos de restos a pagar do governo da Paraíba no período 2010 a 2015**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2016.

SILVA, L. M. **Contabilidade governamental: um enfoque administrativo da nova contabilidade pública**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SILVA, V. L. **A nova contabilidade aplicada ao setor público: uma abordagem prática.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

VASCONCELOS, C. C. C. **Os impactos financeiros dos restos a pagar na execução orçamentária e financeiras da IFES da região centro-oeste no período de 2008 a 2016.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Campus Aparecida de Goiânia, Programa de Pós-Graduação em Administração Pública em Rede Nacional, Goiânia, 2018.

VIEIRA, F. S.; PIOLA, S. F. **Restos a pagar de despesas com ações e serviços públicos de saúde da União: impactos para o financiamento federal do Sistema Único de Saúde e para a elaboração das contas de saúde.** Brasília: Ipea, 2016. (Texto para Discussão, n. 2225).

APÊNDICE A – RELAÇÃO DE DADOS

ANO	MUNICIPIO	RP	POP	FIRJANGERAL	PIB per capita
2013	Água Branca	0,00	9893	0,44251291	5552,02
2013	Aguiar	0,03	5586	0,644712061	6293,13
2013	Alagoa Grande	6,93	28733	0,598144366	6800,98
2013	Alagoa Nova	8,25	20294	0,545953219	11715,5
2013	Alcantil	3,32	5398	0,631219678	5758,71
2013	Algodão de Jandaíra	5,91	2446	0,686548689	7563,49
2013	Aparecida	1,89	8081	0,595654055	6666,62
2013	Araçagi	4,83	17252	0,602012021	6741,43
2013	Arara	3,39	13157	0,522157072	5475,12
2013	Araruna	2,26	19653	0,528471644	5920,65
2013	Areia de Baraúnas	0,76	1908	0,58763338	6867,25
2013	Areial	9,82	6819	0,640630685	5879,72
2013	Aroeiras	11,62	19259	0,552202588	5554,83
2013	Assunção	3,67	3732	0,676484217	6866,59
2013	Baía da Traição	3,79	8561	0,585824103	6904,96
2013	Bananeiras	5,90	22012	0,604388721	7505,62
2013	Baraúna	0,88	4577	0,669775252	6039,8
2013	Barra de Santana	1,33	8305	0,646343667	5600,62
2013	Barra de São Miguel	5,80	5824	0,647313771	6011,6
2013	Belém	2,58	17495	0,564342173	6985,35
2013	Belém do Brejo do Cruz	9,18	7291	0,528464951	5961,59
2013	Bernardino Batista	0,68	3266	0,619954033	6090,12
2013	Bonito de Santa Fé	7,03	11409	0,608472593	5959,35
2013	Boqueirão	0,59	17434	0,576292091	7868,9
2013	Borborema	7,86	5297	0,531849257	8819,83
2013	Caaporã	10,75	21212	0,676155822	18396,42
2013	Cabaceiras	3,03	5319	0,598587432	6593,14
2013	Cabedelo	8,29	63035	0,792592683	32208,3
2013	Cacimba de Areia	0,90	3673	0,560028117	6482,77
2013	Cacimbas	0,00	7035	0,459679338	5166,9
2013	Caiçara	2,85	7304	0,597871968	6913,91
2013	Cajazeiras	7,68	60612	0,62608043	12709,36
2013	Cajazeirinhas	0,00	3131	0,675003351	7677,33
2013	Caldas Brandão	3,24	5859	0,544615012	7912,38
2013	Camalaú	0,81	5917	0,684032432	6560,35
2013	Campina Grande	9,69	400002	0,740709412	16435,18
2013	Caraúbas	7,55	4054	0,599486196	6201,95
2013	Carrapateira	8,57	2529	0,700741124	7657,32
2013	Casserengue	2,47	7304	0,554825469	5966,49
2013	Catingueira	5,95	4905	0,646763615	6848,43

2013	Caturité	1,41	4714	0,639818467	10104,93
2013	Conceição	5,91	18769	0,412915877	6076,88
2013	Condado	5,60	6711	0,564957473	6139,61
2013	Congo	2,25	4770	0,690532013	8084,15
2013	Coremas	0,46	15391	0,524999143	6625,6
2013	Coxixola	0,00	1856	0,609088581	6917,81
2013	Cuité	4,58	20299	0,629133418	6788,02
2013	Cuité de Mamanguape	5,62	6321	0,590508039	7134,34
2013	Cuitegi	2,94	6895	0,630515682	5700,84
2013	Curral de Cima	0,00	5259	0,575535126	7052,64
2013	Curral Velho	0,00	2529	0,65830402	6626,23
2013	Desterro	0,00	8196	0,537426496	5447,83
2013	Dona Inês	4,04	10535	0,563803822	5624,9
2013	Duas Estradas	3,64	3645	0,58495075	8268,42
2013	Emas	13,47	3439	0,583483182	7028,36
2013	Esperança	3,46	32264	0,667942314	9651,67
2013	Frei Martinho	4,21	2981	0,648227476	6582,85
2013	Gado Bravo	4,25	8466	0,579414148	5491,67
2013	Guarabira	2,01	57383	0,735698854	11038,14
2013	Gurinhém	1,65	14098	0,574892046	7302,35
2013	Gurjão	0,00	3311	0,660823368	6595,34
2013	Ibiara	0,00	6027	0,595560084	5770,14
2013	Igaracy	0,00	6210	0,503953174	6471,59
2013	Imaculada	2,31	11659	0,567682871	5043,96
2013	Itaporanga	7,16	24128	0,552451318	8064,63
2013	Itapororoca	1,02	17918	0,574786893	6859,92
2013	Itatuba	8,40	10590	0,487183069	7161,82
2013	Jacaraú	2,71	14248	0,620873498	6718,87
2013	João Pessoa	0,00	769607	0,767015813	19493,86
2013	Juripiranga	0,99	10560	0,627145298	7224,17
2013	Juru	14,84	9919	0,5525163	5457,12
2013	Lagoa de Dentro	5,92	7564	0,495096909	6693,23
2013	Lagoa Seca	3,04	26788	0,59459065	7435,45
2013	Livramento	2,31	7320	0,577206884	5311,21
2013	Lucena	6,71	12460	0,68474163	10747,23
2013	Malta	2,71	5679	0,613017425	6273,25
2013	Mamanguape	1,43	43678	0,64533979	9579,46
2013	Manaíra	0,00	11007	0,520545337	4694,31
2013	Marcação	4,94	8117	0,50752487	7488,57
2013	Massaranduba	8,25	13438	0,584928452	6037,67
2013	Mataraca	1,43	7952	0,61690186	21489,24
2013	Matinhas	11,38	4453	0,55590771	8896,32
2013	Maturéia	5,49	6283	0,617337247	5804,53
2013	Mogeiro	6,99	13349	0,574074921	6749,41
2013	Montadas	1,77	5351	0,575610131	5699,98

2013	Monte Horebe	6,22	4688	0,616669684	5734,86
2013	Monteiro	2,01	32211	0,667323778	8878,79
2013	Nova Floresta	4,41	10661	0,611256373	5949,98
2013	Nova Olinda	10,87	6058	0,668999558	5591,99
2013	Olivedos	0,00	3804	0,637235282	6175,17
2013	Parari	1,20	1823	0,586613736	7577,32
2013	Pedra Branca	7,17	3787	0,588764717	6347,03
2013	Pedra Lavrada	4,11	7830	0,690255164	7103,08
2013	Pedras de Fogo	2,86	28056	0,67851542	13390,32
2013	Pedro Régis	3,48	5963	0,611446854	6161,75
2013	Piancó	12,84	15870	0,571036412	8116,76
2013	Picuí	0,12	18597	0,66401673	6857,81
2013	Pilar	11,17	11620	0,599771033	5815,53
2013	Pilões	3,95	6860	0,539984451	7175,86
2013	Pilõezinhos	1,14	5159	0,646667451	6686,01
2013	Pirpirituba	1,32	10523	0,641072413	5755,96
2013	Pocinhos	1,87	17894	0,630601449	10067,01
2013	Poço Dantas	3,30	3788	0,577562752	6141,54
2013	Pombal	8,55	32654	0,673725885	8192,93
2013	Puxinanã	5,17	13386	0,591492577	5709,47
2013	Queimadas	8,59	42586	0,667653437	8526,82
2013	Remígio	5,33	18686	0,593978735	6801,07
2013	Riachão	3,93	3448	0,614201572	6304,64
2013	Riachão do Bacamarte	0,00	4419	0,465798942	6641,62
2013	Riachão do Poço	5,73	4359	0,606992506	6962,68
2013	Riacho de Santo Antônio	1,67	1856	0,634433305	8409,9
2013	Riacho dos Cavalos	0,00	8513	0,520788988	5754,41
2013	Rio Tinto	4,85	23883	0,688597971	8033,55
2013	Salgado de São Félix	4,30	12144	0,633462616	5936,36
2013	Santa Cecília	4,13	6610	0,634583767	6020,33
2013	Santa Cruz	6,27	6573	0,590501231	5849,48
2013	Santa Inês	0,58	3592	0,630176778	6017,06
2013	Santa Luzia	13,40	15145	0,683828131	8508,84
2013	Santa Rita	10,00	132871	0,679782388	14340,25
2013	Santa Teresinha	2,90	4612	0,672038612	7003,64
2013	Santana dos Garrotes	5,57	7209	0,531420672	5942,86
2013	Santo André	6,58	2565	0,712683171	7650,79
2013	São Domingos do Cariri	0,00	2522	0,645113793	6511,25
2013	São Francisco	8,67	3389	0,67573715	6731,9
2013	São João do Cariri	0,00	4352	0,604757212	7403,59
2013	São José da Lagoa Tapada	3,35	7674	0,632322281	5653,32
2013	São José de Caiana	4,64	6179	0,520587613	5298,15
2013	São José de Espinharas	12,49	4738	0,618860152	6794,75
2013	São José de Piranhas	11,73	19732	0,556214306	6812,61
2013	São José do Sabugi	2,55	4102	0,719713886	7500,46

2013	São José dos Cordeiros	7,53	3749	0,560707094	5377,51
2013	São José dos Ramos	7,52	5762	0,604322071	5880,24
2013	São Sebastião de Lagoa de Roça	5,52	11495	0,614726267	5679,13
2013	Sapé	6,09	51700	0,535201573	7769,55
2013	Serra da Raiz	6,81	3190	0,622699239	7171,3
2013	Serra Grande	7,40	3055	0,583080172	11402,09
2013	Serra Redonda	5,86	7089	0,522477073	6392,56
2013	Sertãozinho	3,54	4728	0,664468716	7221,21
2013	Solânea	3,25	26431	0,511197857	7149,19
2013	Sossêgo	6,11	3376	0,579337757	6515,98
2013	Sumé	7,30	16595	0,616778804	7126,65
2013	Taperoá	4,40	15190	0,532245388	6169,98
2013	Tavares	3,23	14467	0,560563747	5545,64
2013	Teixeira	3,96	14739	0,552337687	7042,18
2013	Umbuzeiro	1,27	9862	0,64195976	5880,68
2013	Vieirópolis	4,52	5228	0,653238796	5648,31
2013	Vista Serrana	1,04	3675	0,639306522	6277,81
2014	Água Branca	4,72	9990	0,47550512	6466,73
2014	Aguiar	3,12	5580	0,61014479	6776,11
2014	Alagoa Grande	7,93	28689	0,609021864	7364,64
2014	Alagoa Nova	9,39	20399	0,52360099	10940,48
2014	Alcantil	5,71	5425	0,605083159	6525,39
2014	Algodão de Jandaíra	8,85	2461	0,711943774	8560,78
2014	Aparecida	3,06	8174	0,655477409	7830,28
2014	Araçagi	4,81	17186	0,576807091	7323,42
2014	Arara	6,86	13258	0,527603264	5890,61
2014	Araruna	6,32	19855	0,506291317	6469,16
2014	Areia de Baraúnas	4,98	1894	0,626744088	7663,9
2014	Areial	7,21	6860	0,659200224	6715,39
2014	Aroeiras	16,10	19231	0,545551057	6075,22
2014	Assunção	4,35	3782	0,607496583	7587,14
2014	Baía da Traição	6,57	8696	0,611496694	7722,19
2014	Bananeiras	6,90	21276	0,636086392	8151,33
2014	Baraúna	2,85	4669	0,681493652	6667,03
2014	Barra de Santana	2,88	8300	0,609711449	6333,14
2014	Barra de São Miguel	5,05	5865	0,689050241	6595,56
2014	Belém	1,77	17545	0,605561566	7732,75
2014	Belém do Brejo do Cruz	11,77	7306	0,557836297	6952,95
2014	Bernardino Batista	1,78	3312	0,580990262	7385,67
2014	Bonito de Santa Fé	15,20	11549	0,630143404	6791,83
2014	Boqueirão	2,25	17530	0,571406682	8865,91
2014	Borborema	4,10	5332	0,572191879	9148,46
2014	Caaporã	12,01	21387	0,64609335	18713,71
2014	Cabaceiras	4,77	5386	0,631103597	7116,14

2014	Cabedelo	5,37	64360	0,778000001	35622,56
2014	Cacimba de Areia	10,64	3693	0,580220337	7582,71
2014	Cacimbas	9,35	7075	0,488452328	5946,26
2014	Caiçara	4,16	7298	0,600146598	7622,26
2014	Cajazeiras	12,37	61030	0,630240097	14823,01
2014	Cajazeirinhas	12,06	3148	0,687626771	8058,22
2014	Caldas Brandão	1,16	5903	0,612070338	8151,29
2014	Camalaú	2,30	5945	0,636270627	7908,35
2014	Campina Grande	7,70	402912	0,75786857	18701,63
2014	Caraúbas	2,47	4085	0,558921353	6690,01
2014	Carrapateira	18,42	2566	0,651651231	8442,75
2014	Casserengue	4,82	7350	0,552524371	6486,6
2014	Catingueira	7,84	4912	0,642099253	6954,19
2014	Caturité	7,24	4747	0,689868044	11747,2
2014	Conceição	6,86	18816	0,510510883	6998,66
2014	Condado	4,63	6722	0,591187043	6825,25
2014	Congo	3,01	4775	0,608642356	9162,79
2014	Coremas	1,45	15400	0,552631148	8022,9
2014	Coxixola	6,88	1874	0,589263326	7350,86
2014	Cuité	8,56	20312	0,60026875	7727,93
2014	Cuité de Mamanguape	6,18	6331	0,610416131	7476,92
2014	Cuitegi	4,14	6867	0,659020549	6394,39
2014	Curral de Cima	0,00	5252	0,512691194	7270,5
2014	Curral Velho	8,32	2526	0,664761155	7583,19
2014	Desterro	9,34	8225	0,512870594	6371,48
2014	Dona Inês	4,73	10495	0,561133779	6350,54
2014	Duas Estradas	6,82	3631	0,649174968	8899,64
2014	Emas	12,30	3463	0,588148794	7431,73
2014	Esperança	4,72	32530	0,6594689	10857,2
2014	Frei Martinho	4,87	2984	0,665361166	7525,58
2014	Gado Bravo	2,84	8458	0,593149711	5988,27
2014	Guarabira	3,05	57780	0,7493874	13646,63
2014	Gurinhém	1,44	14107	0,640952439	7797,96
2014	Gurjão	7,79	3344	0,717388564	7471,12
2014	Ibiara	7,25	6000	0,651217314	6659,59
2014	Igaracy	11,54	6200	0,528140167	7331,77
2014	Imaculada	4,07	11705	0,584622244	5610,02
2014	Itaporanga	9,67	24317	0,603836521	9170,49
2014	Itapororoca	2,46	18129	0,588274377	7341,53
2014	Itatuba	7,98	10666	0,482044508	7926,95
2014	Jacaraú	3,29	14283	0,635710637	7193,39
2014	João Pessoa	0,00	780738	0,7758962	22350,05
2014	Juripiranga	4,00	10616	0,607224953	7929,27
2014	Juru	13,69	9906	0,533186676	5985,65
2014	Lagoa de Dentro	5,29	7592	0,568907294	7448,26

2014	Lagoa Seca	5,28	26950	0,63572684	7843,2
2014	Livramento	4,12	7338	0,564431808	6074,37
2014	Lucena	6,90	12635	0,701246699	15127,79
2014	Malta	3,91	5675	0,582541477	6966,42
2014	Mamanguape	1,27	44030	0,653717857	10872,94
2014	Manaíra	1,08	11037	0,507502267	5406,39
2014	Marcação	2,17	8241	0,577899956	8244,76
2014	Massaranduba	7,94	13548	0,572371643	6811,72
2014	Mataraca	0,95	8088	0,645313323	23599,75
2014	Matinhas	10,18	4475	0,556913927	9293,05
2014	Maturéia	6,51	6363	0,592822084	6675,46
2014	Mogeiro	10,30	13333	0,586874332	7460,81
2014	Montadas	4,54	5441	0,627271001	7653,69
2014	Monte Horebe	8,81	4724	0,606949023	6742,37
2014	Monteiro	5,39	32498	0,67570238	10574,61
2014	Nova Floresta	3,48	10655	0,662346643	6567
2014	Nova Olinda	11,28	6028	0,660769848	6365,69
2014	Olivedos	0,00	3843	0,623521442	6840,28
2014	Parari	5,72	1809	0,575775796	8386,61
2014	Pedra Branca	19,08	3791	0,566494105	7434,51
2014	Pedra Lavrada	7,85	7907	0,689640684	7882,96
2014	Pedras de Fogo	8,66	28174	0,635404059	15766,36
2014	Pedro Régis	7,88	5999	0,621480944	6514,98
2014	Piancó	20,65	15929	0,583148263	9654,81
2014	Picuí	1,33	18634	0,687075854	7790,32
2014	Pilar	9,08	11705	0,650650602	6288,19
2014	Pilões	5,62	6793	0,584135042	7616,92
2014	Pilõezinhos	3,36	5138	0,663556091	6683,58
2014	Pirpirituba	4,22	10540	0,633115512	6432,91
2014	Pocinhos	0,02	18087	0,613900165	10149,28
2014	Poço Dantas	12,73	3783	0,565625793	6716,34
2014	Pombal	10,26	32684	0,709052005	9432,8
2014	Puxinanã	3,99	13473	0,575194225	6144,37
2014	Queimadas	8,35	42884	0,646942876	9054,12
2014	Remígio	7,41	18922	0,594715917	7303,56
2014	Riachão	2,75	3490	0,679632402	6928,01
2014	Riachão do Bacamarte	8,44	4448	0,475634234	7525,05
2014	Riachão do Poço	5,51	4401	0,629130384	7734,74
2014	Riacho de Santo Antônio	8,39	1890	0,63466843	9592,47
2014	Riacho dos Cavalos	0,00	8538	0,576001583	6766,39
2014	Rio Tinto	5,29	23955	0,695999671	9418,77
2014	Salgado de São Félix	5,58	12144	0,618520037	6399,61
2014	Santa Cecília	6,87	6596	0,640289709	7102,45
2014	Santa Cruz	5,43	6576	0,597390585	6484,6
2014	Santa Inês	1,74	3593	0,570450872	6701,33

2014	Santa Luzia	8,96	15213	0,655074572	9764,47
2014	Santa Rita	5,35	133927	0,652205348	15515,15
2014	Santa Teresinha	5,29	4601	0,69190584	7494,28
2014	Santana dos Garrotes	9,85	7160	0,512521463	6536,3
2014	Santo André	4,43	2553	0,706487321	7710,64
2014	São Domingos do Cariri	0,00	2543	0,611584207	7325,88
2014	São Francisco	3,33	3382	0,676243794	7688,6
2014	São João do Cariri	1,95	4337	0,593780554	8250,45
2014	São José da Lagoa Tapada	2,76	7675	0,617384699	6354,32
2014	São José de Caiana	8,91	6206	0,568180237	5937,71
2014	São José de Espinharas	12,20	4711	0,686326487	8352,73
2014	São José de Piranhas	8,90	19846	0,595924011	8355,34
2014	São José do Sabugi	7,38	4114	0,709300217	8476,42
2014	São José dos Cordeiros	5,79	3739	0,579625885	5850,45
2014	São José dos Ramos	12,33	5817	0,621410556	6561,61
2014	São Sebastião de Lagoa de Roça	14,64	11588	0,645139586	6019,22
2014	Sapé	7,58	51964	0,567872881	9001,06
2014	Serra da Raiz	5,55	3172	0,679631818	7997,76
2014	Serra Grande	8,91	3067	0,607737008	12934,87
2014	Serra Redonda	7,46	7071	0,500169891	7038,2
2014	Sertãozinho	3,70	4811	0,641099917	7590,3
2014	Solânea	6,88	26925	0,547398746	8144,62
2014	Sossêgo	4,84	3427	0,585064725	7271,47
2014	Sumé	5,79	16691	0,649250885	7695,73
2014	Taperoá	4,06	15284	0,480357301	6827,24
2014	Tavares	6,40	14518	0,569227405	6342,43
2014	Teixeira	11,76	14859	0,606509104	7637,08
2014	Umbuzeiro	9,85	9874	0,636992042	6396,19
2014	Vieirópolis	2,42	5262	0,692214708	6157,17
2014	Vista Serrana	0,80	3710	0,614702491	6838,13
2015	Água Branca	3,57	10083	0,503522689	7021,65
2015	Aguiar	2,47	5573	0,606145872	7140,67
2015	Alagoa Grande	2,58	28646	0,583987602	7887,34
2015	Alagoa Nova	10,70	20500	0,519240903	12543,91
2015	Alcantil	6,85	5451	0,593710942	6812,69
2015	Algodão de Jandaíra	7,07	2475	0,681780222	9279,8
2015	Aparecida	2,82	8263	0,621911344	8519,44
2015	Araçagi	2,78	17122	0,566765935	8007,69
2015	Arara	7,23	13355	0,444625838	6400,08
2015	Araruna	8,14	20051	0,481839382	7002,66
2015	Areia de Baraúnas	1,62	1880	0,586304152	8084,89
2015	Areial	8,18	6900	0,656448259	7286,46
2015	Aroeiras	22,34	19204	0,465114427	6807,26
2015	Assunção	6,37	3830	0,603090618	8223,64

2015	Baía da Traição	9,79	8826	0,611029233	8041,85
2015	Bananeiras	8,03	21235	0,612720099	9332,62
2015	Baraúna	1,44	4758	0,629002001	7276,6
2015	Barra de Santana	7,84	8249	0,635805004	7610,92
2015	Barra de São Miguel	12,07	5905	0,650173604	6883,14
2015	Belém	2,15	17594	0,590216426	8432,58
2015	Belém do Brejo do Cruz	13,58	7320	0,543783948	7550,91
2015	Bernardino Batista	0,38	3356	0,600529269	7776,16
2015	Bonito de Santa Fé	14,09	11684	0,595520435	6974,04
2015	Boqueirão	3,59	17670	0,557841786	9501,46
2015	Borborema	4,63	5366	0,575441275	9795
2015	Caaporã	10,94	21555	0,586856406	16471,24
2015	Cabaceiras	5,30	5449	0,655732382	8005,32
2015	Cabedelo	5,11	65634	0,760493889	36782,97
2015	Cacimba de Areia	9,19	3713	0,598712249	7599,19
2015	Cacimbas	6,78	7112	0,407354864	6266,23
2015	Caiçara	5,40	7293	0,632406303	7673,47
2015	Cajazeiras	16,19	61431	0,596027662	15448,64
2015	Cajazeirinhas	9,07	3165	0,613979791	8066,84
2015	Caldas Brandão	4,06	5945	0,621065293	10250,44
2015	Camalaú	4,18	5971	0,609264246	8722,21
2015	Campina Grande	10,49	405072	0,719262399	19641,1
2015	Caraúbas	6,59	4115	0,544878176	7448,81
2015	Carrapateira	14,81	2601	0,688639751	8593,27
2015	Casserengue	3,75	7394	0,513403903	6801,13
2015	Catingueira	12,54	4920	0,572137346	7140,99
2015	Caturité	5,22	4779	0,63326235	12052,75
2015	Conceição	5,83	18860	0,490792533	7499,45
2015	Condado	4,23	6733	0,573756227	7436,89
2015	Congo	1,78	4780	0,60771928	9970,72
2015	Coremas	1,37	15409	0,563260494	8477,25
2015	Coxixola	1,35	1892	0,560686311	8829,01
2015	Cuité	12,45	20325	0,601560768	8143,86
2015	Cuité de Mamanguape	6,57	6340	0,553690802	8040,19
2015	Cuitegi	7,33	6841	0,591136352	7064,36
2015	Curral de Cima	0,00	5245	0,533296993	7076,03
2015	Curral Velho	10,97	2523	0,581194345	8171,22
2015	Desterro	7,35	8253	0,611268546	6535,79
2015	Dona Inês	3,83	10456	0,549411217	6695,85
2015	Duas Estradas	9,88	3618	0,618050917	10028,85
2015	Emas	8,92	3485	0,544813067	7674,86
2015	Esperança	1,37	32785	0,668310512	11353,82
2015	Frei Martinho	6,83	2986	0,681185109	8335,96
2015	Gado Bravo	6,15	8450	0,581287294	6441,23
2015	Guarabira	1,56	58162	0,713193722	14605,36

2015	Gurinhém	2,11	14117	0,567010129	8708,03
2015	Gurjão	0,51	3376	0,653262852	8312,76
2015	Ibiara	8,28	5974	0,653143516	7081,62
2015	Igaracy	12,76	6191	0,504938511	7625,84
2015	Imaculada	8,91	11749	0,588937427	5840,04
2015	Itaporanga	17,14	24499	0,572790609	9668,59
2015	Itapororoca	3,99	18332	0,537520203	8201,85
2015	Itatuba	10,78	10739	0,507000004	8169,92
2015	Jacaraú	3,95	14316	0,634250284	7713,23
2015	João Pessoa	8,96	791438	0,752907174	23087,77
2015	Juripiranga	3,09	10669	0,606822054	8186,67
2015	Juru	17,82	9892	0,544085034	6450,91
2015	Lagoa de Dentro	5,13	7619	0,589033677	8119,48
2015	Lagoa Seca	4,93	27247	0,633273712	8652,27
2015	Livramento	7,00	7355	0,552039966	6590,65
2015	Lucena	9,42	12804	0,640572109	15444,04
2015	Malta	2,69	5672	0,583850532	7716
2015	Mamanguape	3,86	44369	0,610849334	12209,83
2015	Manaíra	2,34	11066	0,547640188	5739,28
2015	Marcação	5,91	8361	0,556034688	8233,75
2015	Massaranduba	9,59	13654	0,618032469	7006,63
2015	Mataraca	2,54	8219	0,633071541	24615,39
2015	Matinhas	11,32	4497	0,559512851	9424,09
2015	Maturéia	7,57	6441	0,573713838	6730,89
2015	Mogei	8,04	13317	0,558090181	8127,94
2015	Montadas	2,47	5528	0,578553284	12856,33
2015	Monte Horebe	5,37	4759	0,606889371	6621,91
2015	Monteiro	7,13	32774	0,632049428	12394,12
2015	Nova Floresta	3,86	10650	0,635527898	7168,95
2015	Nova Olinda	15,24	5999	0,678561275	6890,9
2015	Olivados	3,79	3880	0,613496554	7503,4
2015	Parari	7,90	1795	0,536897045	8984,82
2015	Pedra Branca	13,86	3796	0,608883064	7796,04
2015	Pedra Lavrada	9,15	7982	0,660946863	8560,51
2015	Pedras de Fogo	9,61	28286	0,671301847	14174,04
2015	Pedro Régis	6,13	6034	0,572496458	7051,01
2015	Piancó	18,36	15985	0,562876047	10219,96
2015	Picuí	1,60	18670	0,626680311	8371
2015	Pilar	11,90	11786	0,672133248	6699,93
2015	Pilões	8,92	6728	0,617541753	8581,75
2015	Pilõesinhos	6,56	5118	0,624318063	7914,92
2015	Pirpirituba	0,88	10555	0,545584017	6939,95
2015	Pocinhos	3,98	18272	0,556001511	11396,03
2015	Poço Dantas	6,27	3778	0,531151792	7171,86
2015	Pombal	10,36	32712	0,733330685	10457,31

2015	Puxinanã	6,00	13557	0,508673445	6603,69
2015	Queimadas	9,97	43667	0,607885504	9413,67
2015	Remígio	5,41	19149	0,590592161	7924,92
2015	Riachão	3,47	3531	0,639467652	7495,45
2015	Riachão do Bacamarte	9,90	4476	0,480554754	8253,23
2015	Riachão do Poço	9,05	4442	0,660452101	8618,63
2015	Riacho de Santo Antônio	10,72	1923	0,630297931	9834,8
2015	Riacho dos Cavalos	18,31	8563	0,5577761	7248,32
2015	Rio Tinto	3,93	24023	0,680752525	9489,6
2015	Salgado de São Félix	6,74	12144	0,617579142	8042,64
2015	Santa Cecília	3,68	6583	0,67736589	6914,65
2015	Santa Cruz	7,98	6579	0,600138746	6948,74
2015	Santa Inês	5,06	3594	0,568625057	7103,43
2015	Santa Luzia	10,11	15278	0,620202429	10847,11
2015	Santa Rita	11,61	134940	0,629373434	16166,55
2015	Santa Teresinha	7,66	4592	0,636079341	8229,08
2015	Santana dos Garrotes	11,05	7113	0,484174738	6869,02
2015	Santo André	8,92	2541	0,685954145	8451,54
2015	São Domingos do Cariri	0,02	2563	0,586326928	8111,53
2015	São Francisco	1,16	3375	0,657416186	8128,39
2015	São João do Cariri	2,45	4323	0,615184186	8956,22
2015	São José da Lagoa Tapada	1,96	7677	0,610608629	6797,75
2015	São José de Caiana	9,95	6231	0,573669288	6170,16
2015	São José de Espinharas	12,90	4684	0,585487496	7875,87
2015	São José de Piranhas	10,93	19956	0,547928224	9103,76
2015	São José do Sabugi	5,59	4124	0,636263849	9078
2015	São José dos Cordeiros	10,45	3729	0,555607622	6390,85
2015	São José dos Ramos	9,20	5870	0,595195713	6937,54
2015	São Sebastião de Lagoa de Roça	15,54	11677	0,620113992	6531,9
2015	Sapé	8,64	52218	0,621538249	9856,74
2015	Serra da Raiz	5,59	3154	0,658410175	8623,09
2015	Serra Grande	10,84	3078	0,663012238	13925,81
2015	Serra Redonda	6,68	7053	0,4919656	7120,25
2015	Sertãozinho	4,95	4892	0,652571267	8128,95
2015	Solânea	8,13	26734	0,49946312	8840,13
2015	Sossêgo	4,78	3475	0,577169647	7720,81
2015	Sumé	4,20	16784	0,628757369	9519,93
2015	Taperoá	4,58	15376	0,49758928	7190,79
2015	Tavares	2,18	14568	0,597715255	6773,6
2015	Teixeira	3,04	14974	0,595477025	7781,58
2015	Umbuzeiro	8,63	9889	0,630485946	6723,89
2015	Vieirópolis	6,93	5295	0,609367909	6743,08
2015	Vista Serrana	0,62	3744	0,615950212	7141,57
2016	Água Branca	0,94	10172	0,517733233	7385,05

2016	Aguiar	1,44	5567	0,618699415	7966,25
2016	Alagoa Grande	0,93	28604	0,623065862	8378,43
2016	Alagoa Nova	3,70	20596	0,556789716	12179,9
2016	Alcantil	6,08	5475	0,647427947	7115,44
2016	Algodão de Jandaíra	3,44	2488	0,673970536	9306,27
2016	Aparecida	4,33	8348	0,645226569	8687,49
2016	Araçagi	0,20	17061	0,571724324	8307,35
2016	Arara	5,57	13448	0,537887353	6708,35
2016	Araruna	4,56	20237	0,528329273	7653,89
2016	Areia de Baraúnas	1,88	2137	0,642418215	8008,34
2016	Areial	1,31	6938	0,653168423	7364,21
2016	Aroeiras	17,29	19178	0,470642198	7150,1
2016	Assunção	5,37	3876	0,604975979	9023,06
2016	Baía da Traição	1,81	8951	0,5564328	8647,69
2016	Bananeiras	9,84	21195	0,657604593	10784,91
2016	Baraúna	1,94	4843	0,697262113	7666,51
2016	Barra de Santana	2,55	8245	0,552362205	7271,61
2016	Barra de São Miguel	10,37	5943	0,678254717	7526,2
2016	Belém	0,50	17640	0,660831644	8744,48
2016	Belém do Brejo do Cruz	11,44	7334	0,613190044	8078,31
2016	Bernardino Batista	0,99	3398	0,611201081	8580,47
2016	Bonito de Santa Fé	4,03	11814	0,636024208	7155,41
2016	Boqueirão	1,52	17757	0,598470113	9641,82
2016	Borborema	8,91	5399	0,615393684	11184,42
2016	Caaporã	7,19	21717	0,59016997	14109,49
2016	Cabaceiras	1,78	5511	0,696894112	8466,38
2016	Cabedelo	8,35	66858	0,765462846	37217,38
2016	Cacimba de Areia	8,36	3731	0,626171508	7834,22
2016	Cacimbas	2,12	7148	0,473074939	6908,1
2016	Caiçara	6,90	7288	0,675451046	7881,01
2016	Cajazeiras	4,56	61816	0,642765132	16936,26
2016	Cajazeirinhas	3,99	3181	0,611054992	8645,73
2016	Caldas Brandão	5,94	5986	0,672281409	10618,53
2016	Camalaú	1,32	5996	0,64362606	9553,15
2016	Campina Grande	6,07	407754	0,728836031	20534,71
2016	Caraúbas	0,00	4143	0,586268355	7485,25
2016	Carrapateira	12,81	2635	0,653124649	8895,22
2016	Casserengue	6,33	7436	0,611373466	7364,7
2016	Catingueira	7,63	4927	0,624390139	8027,18
2016	Caturité	0,86	4810	0,655465117	10670,49
2016	Conceição	2,97	18903	0,514948242	8144,83
2016	Condado	1,54	6743	0,65943453	8205,16
2016	Congo	3,82	4785	0,615222571	10129,89
2016	Coremas	93,79	15418	0,601716222	9227,46
2016	Coxixola	0,92	1909	0,602663038	9598,32

2016	Cuité	3,38	20337	0,607542253	8785,18
2016	Cuité de Mamanguape	1,75	6349	0,575559639	8276,28
2016	Cuitegi	2,31	6815	0,62892615	7665,88
2016	Curral de Cima	7,29	5238	0,477112589	7775,05
2016	Curral Velho	7,08	2520	0,575695487	8545,52
2016	Desterro	5,57	8280	0,555066525	7266,16
2016	Dona Inês	2,46	10419	0,635962596	7440,16
2016	Duas Estradas	4,00	3606	0,677042591	10069,73
2016	Emas	16,45	3507	0,58870982	8310,08
2016	Esperança	0,13	33031	0,644472252	12208,76
2016	Frei Martinho	4,28	2988	0,611188631	8555,3
2016	Gado Bravo	1,16	8443	0,576665122	6845,75
2016	Guarabira	0,06	58529	0,74105022	16034,81
2016	Gurinhém	0,88	14126	0,58048513	9326,71
2016	Gurjão	2,00	3407	0,65537861	8809,44
2016	Ibiara	8,43	5949	0,655968099	7742,19
2016	Igaracy	12,95	6182	0,464014064	8163,64
2016	Imaculada	2,87	11792	0,638286679	6172,94
2016	Itaporanga	4,62	24674	0,601415221	10174,89
2016	Itapororoca	1,75	18527	0,599838013	8897,34
2016	Itatuba	2,74	10809	0,577388877	8872,69
2016	Jacaraú	0,49	14348	0,667683123	8637,62
2016	João Pessoa	6,51	801718	0,775261164	23345,93
2016	Juripiranga	3,50	10721	0,656243926	9262,75
2016	Juru	12,19	9880	0,553601197	7187,13
2016	Lagoa de Dentro	3,27	7645	0,664286936	8712,77
2016	Lagoa Seca	1,92	27398	0,651222198	9236,18
2016	Livramento	3,73	7371	0,564268683	7238,78
2016	Lucena	2,64	12965	0,661132299	14473,22
2016	Malta	0,31	5668	0,608879573	8381
2016	Mamanguape	0,86	44694	0,656264862	13697,32
2016	Manaíra	0,52	11094	0,558752801	6431,6
2016	Marcação	3,03	8475	0,575645592	8925,51
2016	Massaranduba	4,34	13755	0,63957831	7016,72
2016	Mataraca	0,55	8345	0,643530986	28446,28
2016	Matinhas	4,35	4517	0,592476624	9649,36
2016	Maturéia	1,61	6516	0,564806639	7246,48
2016	Mogei	3,83	13300	0,631956066	8660,12
2016	Montadas	0,76	5611	0,610706011	10959,83
2016	Monte Horebe	6,76	4793	0,580689214	6988,6
2016	Monteiro	2,74	33039	0,686639445	13599,64
2016	Nova Floresta	2,34	10644	0,583210024	7508,59
2016	Nova Olinda	5,24	5971	0,67441782	7191,55
2016	Olivedos	6,68	3916	0,662990342	8213,71
2016	Parari	5,11	1782	0,61664798	9794,6

2016	Pedra Branca	5,98	3800	0,534309266	7998,32
2016	Pedra Lavrada	1,73	8053	0,73028302	9381,39
2016	Pedras de Fogo	5,19	28395	0,723047179	15720,61
2016	Pedro Régis	5,81	6067	0,621629889	7653,39
2016	Piancó	4,80	16039	0,633566571	10484,2
2016	Picuí	0,82	18704	0,662615302	8756,85
2016	Pilar	4,40	11863	0,699173384	7243,53
2016	Pilões	0,00	6667	0,666887883	9036,88
2016	Pilõezinhos	3,98	5099	0,647787458	8466,28
2016	Pirpirituba	0,33	10570	0,544076369	7570,07
2016	Pocinhos	5,36	18451	0,557711867	12068,24
2016	Poço Dantas	9,68	3774	0,578715628	7834,07
2016	Pombal	5,01	32739	0,650919062	11217,86
2016	Puxinanã	5,47	13638	0,552638594	6597,8
2016	Queimadas	4,24	43945	0,630997089	9997,76
2016	Remígio	5,06	19368	0,65089299	7775,67
2016	Riachão	3,09	3570	0,608129893	8066,71
2016	Riachão do Bacamarte	8,51	4503	0,518964181	8667,61
2016	Riachão do Poço	12,21	4481	0,646929735	9103,11
2016	Riacho de Santo Antônio	4,36	1955	0,634836912	10305,89
2016	Riacho dos Cavalos	11,58	8587	0,508078369	7834,02
2016	Rio Tinto	0,28	24090	0,629526433	10778,9
2016	Salgado de São Félix	6,22	12145	0,640577503	9733,02
2016	Santa Cecília	1,07	6570	0,666954618	7453,98
2016	Santa Cruz	3,48	6582	0,65181703	7632,75
2016	Santa Inês	2,12	3595	0,59844247	7498,77
2016	Santa Luzia	1,94	15341	0,649575242	11212,47
2016	Santa Rita	15,01	135915	0,657075765	16047,33
2016	Santa Teresinha	7,22	4582	0,635405457	10025,71
2016	Santana dos Garrotes	0,22	7067	0,555665099	7145,36
2016	Santo André	6,27	2529	0,707220593	8841,97
2016	São Domingos do Cariri	4,50	2582	0,61488705	8619,26
2016	São Francisco	2,01	3369	0,725205132	8970,41
2016	São João do Cariri	1,35	4309	0,595580594	9599,51
2016	São José da Lagoa Tapada	0,75	7678	0,618682393	7160,57
2016	São José de Caiana	5,50	6256	0,591562362	6413,24
2016	São José de Espinharas	1,73	4659	0,625307081	13130,96
2016	São José de Piranhas	4,79	20062	0,527436196	8711,36
2016	São José do Sabugi	1,43	4135	0,645808164	10139,19
2016	São José dos Cordeiros	3,09	3720	0,568147408	7132,8
2016	São José dos Ramos	11,82	5920	0,544469544	7498,97
2016	São Sebastião de Lagoa de Roça	9,92	11762	0,599975644	6805,05
2016	Sapé	7,40	52463	0,598885062	10561,14
2016	Serra da Raiz	8,59	3137	0,711416679	9474,27

2016	Serra Grande	6,10	3089	0,66968402	14040,32
2016	Serra Redonda	2,55	7036	0,545789673	7553,81
2016	Sertãozinho	1,29	4969	0,7089101	8525,83
2016	Solânea	1,36	26551	0,540188988	9637,23
2016	Sossêgo	2,39	3522	0,631545571	8347,88
2016	Sumé	4,48	16872	0,604434359	9496,57
2016	Taperoá	2,96	15193	0,528385795	7521,32
2016	Tavares	6,36	14615	0,621888946	7419,91
2016	Teixeira	3,65	15085	0,631921919	8482,34
2016	Umbuzeiro	5,04	9901	0,644310941	7024,77
2016	Vieirópolis	6,64	5327	0,640928927	7191,08
2016	Vista Serrana	0,00	3777	0,65695675	7880,84